

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00819/2022)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Av Deputado José Mendonça Bezerra, 220	CEP:	55150-005
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(819) 8152-8526	Complemento:	
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br	Data início da	02/01/2021
Representante	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA		
CPF:	154.197.034-91		
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Av. Cel. Geminiano Maciel, 373	CEP:	55157-010
Bairro:	Centro	Fax:	(000) 0000-0000
Telefone:	8199731-3737	Complemento:	
E-mail:	belojardimprev@gmail.com	Data início da	02/01/2021
Representante	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO		
CPF:	025.796.204-27		
Cargo:	Diretor		
E-mail:	belojardimprev@belojardim.pe.gov.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal 3.433, de 13 de maio de 2022 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim/PE é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 465.363,15 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e trezentos e sessenta e três reais e quinze centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Segurados - EC 113 (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 03/2007 a 10/2021, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 465.363,15 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e trezentos e sessenta e três reais e quinze centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.939,01 (hum mil e novecentos e trinta e nove reais e um centavo) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.939,01 (hum mil e novecentos e trinta e nove reais e um centavo), vencerá em 30/07/2022 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcèlement constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcèlement através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcèlement pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês),

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00819/2022)**

acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcèlement e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 05/07/2022

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onífre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:03.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=885113&crc=9C7E5E70>
, informando o código verificador: 885113 e código CRC: 9C7E5E70.

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00819/2022)**

DECLARAÇÃO

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcimento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00819/2022, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim/PE em 05/07/2022, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal ____ - Edição nº ____, de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, ____/____/____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onfre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:03.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=885113&crc=9C7E5E70>
, informando o código verificador: 885113 e código CRC: 9C7E5E70.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00845/2022)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Av Deputado José Mendonça Bezerra, 220	CEP:	55150-005
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(819) 8152-8526	Complemento:	
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br	Data início da	02/01/2021
Representante	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA		
CPF:	154.197.034-91		
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Av. Cel. Geminiano Maciel, 373	CEP:	55157-010
Bairro:	Centro	Fax:	(000) 0000-0000
Telefone:	8199731-3737	Complemento:	
E-mail:	belojardimprev@gmail.com	Data início da	02/01/2021
Representante	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO		
CPF:	025.796.204-27		
Cargo:	Diretor		
E-mail:	belojardimprev@belojardim.pe.gov.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal 3.433, de 13 de maio de 2022 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim/PE é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 5.145.474,18 (cinco milhões e cento e quarenta e cinco mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Segurados - EC 113 (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2017 a 12/2020, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 5.145.474,18 (cinco milhões e cento e quarenta e cinco mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 21.439,48 (vinte e um mil e quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 21.439,48 (vinte e um mil e quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos), vencerá em 30/07/2022 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcimento pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês),

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00845/2022)**

acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 05/07/2022

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onífre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:01.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=884989&crc=2D6E54BF>
, informando o código verificador: 884989 e código CRC: 2D6E54BF.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00845/2022)**

DECLARAÇÃO

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00845/2022, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim/PE em 05/07/2022, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal ____ - Edição nº ____, de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, ____/____/____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onfre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:01.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=884989&crc=2D6E54BF>
, informando o código verificador: 884989 e código CRC: 2D6E54BF.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00846/2022)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Av Deputado José Mendonça Bezerra, 220	CEP:	55150-005
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(819) 8152-8526	Complemento:	
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br	Data início da	02/01/2021
Representante	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA		
CPF:	154.197.034-91		
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Av. Cel. Geminiano Maciel, 373	CEP:	55157-010
Bairro:	Centro	Fax:	(000) 0000-0000
Telefone:	8199731-3737	Complemento:	
E-mail:	belojardimprev@gmail.com	Data início da	02/01/2021
Representante	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO		
CPF:	025.796.204-27		
Cargo:	Diretor		
E-mail:	belojardimprev@belojardim.pe.gov.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal 3.433, de 13 de maio de 2022 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim/PE é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 6.523.399,12 (seis milhões e quinhentos e vinte e três mil e trezentos e noventa e nove reais e doze centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal - EC 113 (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2017 a 12/2020, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 6.523.399,12 (seis milhões e quinhentos e vinte e três mil e trezentos e noventa e nove reais e doze centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 27.180,83 (vinte e sete mil e cento e oitenta reais e oitenta e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 27.180,83 (vinte e sete mil e cento e oitenta reais e oitenta e três centavos), vencerá em 30/07/2022 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcimento pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês),

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00846/2022)**

acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 05/07/2022

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onífre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:10.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=884923&crc=0D7B091E>
, informando o código verificador: 884923 e código CRC: 0D7B091E.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00846/2022)**

DECLARAÇÃO

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00846/2022, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim/PE em 05/07/2022, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal ____ - Edição nº ____, de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, ____/____/____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onfre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:10.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=884923&crc=0D7B091E>
, informando o código verificador: 884923 e código CRC: 0D7B091E.

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00989/2022)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Av Deputado José Mendonça Bezerra, 220	CEP:	55150-005
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(819) 8152-8526	Complemento:	
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br	Data início da	02/01/2021
Representante	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA		
CPF:	154.197.034-91		
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Rua Siqueira Campos 220	CEP:	55150-005
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	8199731-3737	Complemento:	
E-mail:	barbosa3105@oi.com.br	Data início da	02/01/2021
Representante	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO		
CPF:	025.796.204-27		
Cargo:	Diretor		
E-mail:	belojardimprev@belojardim.pe.gov.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal 3.433, de 13 de maio de 2022 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 3.100.937,12 (três milhões e cem mil e novecentos e trinta e sete reais e doze centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal - EC 113 (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 02/2002 a 10/2021, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 3.100.937,12 (três milhões e cem mil e novecentos e trinta e sete reais e doze centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 12.920,57 (doze mil e novecentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 12.920,57 (doze mil e novecentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos), vencerá em 30/09/2022 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcimento pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês),

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00989/2022)**

acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcèlement e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 19/09/2022

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onífre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:07.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=885181&crc=7B04D832>,
informando o código verificador: 885181 e código CRC: 7B04D832.

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00989/2022)**

DECLARAÇÃO

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00989/2022, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim em 19/09/2022, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal ____ - Edição nº ____, de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, ____/____/____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onfre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:07.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=885181&crc=7B04D832>,
informando o código verificador: 885181 e código CRC: 7B04D832.

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00820/2022)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Av Deputado José Mendonça Bezerra, 220	CEP:	55150-005
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(819) 8152-8526	Complemento:	
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br	Data início da	02/01/2021
Representante	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA		
CPF:	154.197.034-91		
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	gabineteplibj@belojardim.pe.gov.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Av. Cel. Geminiano Maciel, 373	CEP:	55157-010
Bairro:	Centro	Fax:	(000) 0000-0000
Telefone:	8199731-3737	Complemento:	
E-mail:	belojardimprev@gmail.com	Data início da	02/01/2021
Representante	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO		
CPF:	025.796.204-27		
Cargo:	Diretor		
E-mail:	belojardimprev@belojardim.pe.gov.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal 3.433, de 13 de maio de 2022 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim/PE é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 4.684.564,45 (quatro milhões e seiscentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Utilização indevida Recursos - EC 113 (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2006 a 10/2021, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 4.684.564,45 (quatro milhões e seiscentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 19.519,02 (dezenove mil e quinhentos e dezenove reais e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 19.519,02 (dezenove mil e quinhentos e dezenove reais e dois centavos), vencerá em 30/07/2022 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcimento pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês),

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00820/2022)**

acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcèlement e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 05/07/2022

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onífre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:04.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=885074&crc=C2826030>,
informando o código verificador: 885074 e código CRC: C2826030.

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00820/2022)**

DECLARAÇÃO

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcimento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00820/2022, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim/PE em 05/07/2022, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal ____ - Edição nº ____, de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, ____/____/____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
15419703491	GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 22/09/2023
02579620427	ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 22/09/2023
10891563407	Camila Onfre de Amorim Santos	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 22/09/2023
04494593494	THIAGO LEVI FERREIRA DE ALCANTARA	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 22/09/2023



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 22/09/2023 13:15:04.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=885074&crc=C2826030>,
informando o código verificador: 885074 e código CRC: C2826030.